



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE ABRIL DE 1992

**SESSÃO SOLENE DE BOAS-VINDAS A S. EX.^A O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO,
HOSNI MUBARAK**

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

Às 16 horas e 20 minutos deu entrada na Sala do Senado o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República Árabe do Egipto (Hosni Mubarak), o Sr. Presidente da Assembleia da República (António Barbosa de Melo), o Sr. Ministro Ajunto e dos Assuntos Parlamentares (Marques Mendes), em representação do Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, o Sr. Secretário-Geral da Assembleia da República, os Srs. Secretários da Mesa, membros da comitiva do Sr. Pre-

sidente da República Árabe do Egipto e os secretários do protocolo do Estado.

Encontravam-se presentes nas galerias o corpo diplomático e outros membros da comitiva do visitante.

Constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos nacionais dos dois países.

Seguiram-se os discursos do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República Árabe do Egipto.

Eram 16 horas e 50 minutos quando a sessão foi encerrada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Soares Campos.
 Adriano da Silva Pinto.
 Alberto Cerqueira Oliveira.
 Alberto Monteiro de Araújo.
 Álvaro Bissaia Barreto.
 Álvaro José Martins Viegas.
 Américo de Sequeira.
 António Barbosa de Melo.
 António Barradas Leitão.
 António Correia Vairinhos.
 António de Carvalho Martins.
 António do Carmo Malveiro.
 António Esteves Morgado.
 António Fernandes Alves.
 António Germano Sá e Abreu.
 António Maria Pereira.
 António Paulo Coelho.
 Aristides Alves Teixeira.
 Arlindo da Silva Moreira.
 Armando Guerreiro da Cunha.
 Arménio dos Santos.
 Belarmino Henriques Correia.
 Bernardino Gata da Silva.
 Carlos Almeida Figueiredo.
 Carlos de Almeida Coelho.
 Carlos Duarte Oliveira.
 Carlos Lélis.
 Carlos Manuel Gonçalves.
 Carlos Oliveira da Silva.
 Cecília Pita Catarino.
 Cipriano Rodrigues Martins.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos José Soares Lima.
 Duarte Rogério Pacheco.
 Eduardo Pereira da Silva.
 Ema Maria Lóia Paulista.
 Fernando Cardoso Ferreira.
 Fernando Correia Afonso.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Fernando Gomes Pereira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Filipe Manuel Silva Abreu.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Bernardino Silva.
 Guilherme Rodrigues Silva.
 Hilário Azevedo Marques.
 Isilda Maria Pires Martins.
 Jaime Gomes Mil-Homens.
 João Alberto Granja Silva.
 João Álvaro Poças Santos.
 João de Oliveira Martins.
 João do Lago Mota.
 João Granja da Fonseca.
 João José da Silva Maças.
 João José Pedreira de Matos.
 João Salgado.
 Joaquim Cardoso Martins.

Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Jorge Paulo Roque da Cunha.
 José Alberto Puig Costa.
 José Ângelo Correia.
 José António Peixoto Lima.
 José Bernardo Falcão Cunha.
 José Borregana Meireles.
 José de Almeida Cesário.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Leite Machado.
 José Manuel da Silva Costa.
 José Mário Gaspar.
 José Mário Lemos Damião.
 José Pereira Lopes.
 José Reis Leite.
 Leonardo Ribeiro de Almeida.
 Luís António Martins.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luís Carrilho da Cunha.
 Luís Filipe Pais de Sousa.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Antero Cunha Pinto.
 Manuel Azevedo.
 Manuel Baptista Cardoso.
 Manuel Casimiro de Almeida.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Costa Andrade.
 Manuel Lima Amorim.
 Manuel Simões Marques.
 Maria Conceição Rodrigues.
 Maria da Conceição Pereira.
 Maria de Lurdes Póvoa Costa.
 Maria Fernanda Dias Cardoso.
 Maria Leonor Beleza.
 Maria Luísa Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar.
 Maria Margarida de Sousa.
 Marília Dulce Pires Morgado.
 Mário Belo Maciel.
 Mário de Oliveira Santos.
 Melchior Pereira Moreira.
 Miguel Bento Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Relvas.
 Nuno Delerue Alvim de Matos.
 Olinto da Cruz Ravara.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro e Holstein Campilho.
 Pedro Manuel Passos Coelho.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Carlos Alvarez Carp.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Simão José Ricon Peres.
 Vasco Francisco Miguel.
 Virgílio de Carneiro.
 Vítor Manuel Igreja Raposo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Alberto Manuel Avelino.
 Ana Maria Bettencourt.

António Correia Campos.
 António da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António Domingues Azevedo.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Costa Candal.
 Carlos Manuel Luís.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Pereira Marques.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Joel Eduardo Hasse Ferreira.
 Jorge Lação Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Eduardo dos Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel da Silva Lemos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Manuel Magalhães.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Luís Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel Alegre Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui Machado Ávila.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.

Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Vítor Manuel Ranita.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

Mário Baptista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República Árabe do Egipto, Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: A vinda à Assembleia da República e a esta Sala do Senado é, decerto, um dos momentos significativos da visita oficial que V. Ex.^a está a realizar a Portugal. Em nome da Assembleia da República, cumpre-me agradecer a gentileza desta visita, manifestar o nosso muito respeito pelo estadista insigne e experimentado que V. Ex.^a é e, ao mesmo tempo, prestar homenagem ao povo que aqui representa — um povo que contribuiu decisivamente para a evolução da Humanidade pela cultura e civilização superiores que soube criar antes de qualquer outro, conjugando a sua própria inventiva com ideias, formas, conceitos e estilos de vida provindos de toda a bacia mediterrânica e figurando, por isso, no «livro de linhagem» da maneira de ser e de compreender dos europeus, e um povo que, desde Anwar-Sadat sobretudo, se empenha activamente na construção da paz entre os povos da região.

No meio das ruínas de sistemas políticos, sociais e económicos até há pouco considerados sólidos e duradouros; num tempo em que ganham corpo processos de diálogo e de entendimento que encerram grandes promessas para o Próximo Oriente e para o mundo; numa altura em que a Europa parece decidida a dar mais um passo no caminho da integração económica e monetária e da união política, sem descuidar a cooperação com os povos vizinhos, nomeadamente com o mundo árabe; agora que a presidência das Comunidades Europeias se encontra sediada em Lisboa — a visita de Estado do Presidente Mubarak a Portugal é um facto carregado de sentido e um bom augúrio para o necessário diálogo entre a Europa e os seus mais próximos vizinhos do Sul. Com efeito, o Egipto soube constituir-se como ponte entre os povos árabes e

entre estes e os seus vizinhos e ser um promotor do diálogo indispensável à paz e à prosperidade na região. Por outro lado, Portugal empenha-se a sério e intensamente no desenvolvimento ordenado do fenómeno da integração e é um dos países europeus vocacionado para o diálogo com o Sul, em particular com a África ao sul do Sara.

Assim, a visita do Chefe de Estado da República Árabe do Egipto a Portugal é um sinal de paz e de fraternidade entre os dois povos, mas é também um instrumento de intensificação das relações políticas, culturais e económicas entre a Europa e os seus vizinhos do outro lado do Mediterrâneo. A partir daqui o *mare nostrum* do nosso tempo estreitar-se-á ainda mais do que acontecia no tempo das galeras romanas.

Sr. Presidente, nós, árabes e portugueses, conhecemo-nos muito bem e de há muito. Durante alguns séculos a nossa terra também foi vossa; no confronto com a nação árabe é que historicamente se formou a nação portuguesa; através das terras do Magreb é que tentámos abrir caminho para o vasto mundo que acabámos afinal por descobrir sulcando os mares; temos uma parte comum da nossa herança cultural, que foi tecida ao longo de uma convivência, às vezes violenta, mas muitas vezes calma e fraterna. Nos períodos de acalmia ou por sob o estrépito exterior dos combates formou-se o estrato moçárabe, que muito enriquece e diversifica a cultura portuguesa. Talvez neste encontro interno das duas culturas e religiões, nessa miscigenação de deuses e ideias, talvez aí estejam as raízes da tolerância, da facilidade de contactos e de convívio com outros povos e outras culturas que caracterizam os povos que ambos, Sr. Presidente, aqui representamos.

A diplomacia do diálogo faz parte intrínseca da postura do Egipto e de Portugal nas relações internacionais contemporâneas. Sem ela, por exemplo, o Egipto não teria assumido a posição liderante que ocupa na sua região, nem Portugal poderia ter desempenhado a missão de mediação que vem realizando em Angola e Moçambique. Se a vossa é uma nação simultaneamente africana, árabe e mediterrânica, também a nossa é uma nação europeia, atlântica e voltada para África e para as Américas. Somos, assim, povos de encruzilhada e de peregrinações, de várias ortodoxias e deuses e com um alto sentido de responsabilidade e, por isso, capazes de trabalhar com êxito pela paz e pela prosperidade dos povos a que, pela história e pela geografia, nos encontramos unidos.

Desde 1974, Portugal reassumiu no contexto universal um papel que nos foi caro em períodos decisivos da nossa história, tomando de novo para si a tarefa de promover a dignidade de todos os homens, de defender as liberdades e direitos fundamentais da pessoa e de apoiar a efectivação do direito dos povos à autodeterminação.

Iniciámos, então, um vasto programa de descolonização dos territórios até aí sob a nossa soberania — um programa que, com um ou outro percalço e desvio, pudemos levar a termo na generalidade das possessões ultramarinas. Infelizmente, porém, não nos foi possível cumprir esse nosso dever para com o povo de Timor Leste — um povo com uma cultura, uma religião, uma história e uma vontade política próprias que o diferenciam dos seus vizinhos. E não pudemos terminar essa nossa tarefa porque a Indonésia invadiu o território e passou a proclamar, embora sob o nosso protesto e com a resistência dos Timorenses, a sua intenção de o anexar.

Por respeito para com este povo e para com o direito internacional e os nossos deveres históricos e constitucionais, continuamos a insistir com a comunidade internacional para

que nos reconheça o direito a completar o processo de descolonização deste território, que as Nações Unidas consideram como não autónomo e sob administração portuguesa e, por isso, como território ilegítimamente ocupado pelas autoridades indonésias. De acordo com o preconizado pela Carta da ONU, a população de Timor Leste tem de exercer o seu direito de autodeterminação e goza do direito ao respeito pelos seus direitos fundamentais e inalienáveis. Apoiamos, sem reservas e activamente, os esforços do Secretário-Geral da ONU no sentido de mediar esta questão e cumprir a incumbência que recebeu da Assembleia Geral da Organização.

Ora, é nossa profunda convicção de que, pela posição de relevo que ocupa no seio dos não alinhados (árabes e islâmicos), o Egipto poderia ter um papel muito útil neste domínio. Mais uma razão para que Portugal e o Egipto colaborem cada vez mais, desenvolvendo os laços políticos, económicos e culturais que hoje já nos unem.

A Portugal e ao Egipto interessa, acima de tudo, contribuir para a eliminação das tensões internacionais para que a situação de cada país progrida e cresça à medida dos anseios do seu povo. No mundo de hoje, de conflitos múltiplos e ainda povoado de um potencial bélico terrivelmente destruidor, a paz é o imperativo supremo, um objectivo, uma exigência a que nenhum povo se pode furtar. Os Portugueses e os Egípcios conhecem bem na sua carne ainda viva as razões por que apostam na paz e para ela trabalham activamente e sem descanso.

Sr. Presidente da República Árabe do Egipto, Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: A Assembleia da República, lembrada das muitas afinidades que unem o povo português e o povo egípcio, empenhada na vontade de ambos de seguir pelos caminhos da paz, da justiça, dos direitos do homem e do progresso, honrada pela visita solene que V. Ex.^a nos faz, apresenta-lhe, Sr. Presidente Mubarak, calorosas boas-vindas e votos de boa estada em Portugal e saúde, em V. Ex.^a, o povo egípcio e os obreiros da paz que dele têm saído para bem de toda a Humanidade.

Aplausos gerais.

Vai usar da palavra S. Ex.^a o Presidente da República Árabe do Egipto.

O Sr. Presidente da República Árabe do Egipto (Hosni Mubarak): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de exprimir a minha satisfação por poder usar da palavra nesta ilustre tribuna. Através de VV. Ex.^{as}, gostaria de transmitir a mensagem de paz, amizade e afecto do povo egípcio, multimilenário, ao povo português, amigo.

Já que tenho oportunidade de me dirigir aos representantes do povo português para transmitir esta mensagem, tendo em conta o papel pioneiro que os Portugueses tiveram no mundo, descobrindo novas terras e novos mares, contribuindo para a abertura das portas da cooperação e introduzindo uma nova ordem internacional, não poderia deixar de realçar a semelhança que existe entre nós, porque, tal como nós, os Portugueses são um povo aberto para o mundo, fazendo suas e tomando a peito as dificuldades e os problemas dos outros. Nós também somos assim, na medida em que olhamos para as realizações dos nossos antepassados com admiração e orgulho e, ao mesmo

tempo, estamos abertos para o mundo inteiro, tomando a peito e fazendo nossos os seus problemas.

Estamos a viver este desenvolvimento e esta evolução dentro de um caldo de cultura, em que há interações em todos os sentidos. E, tal como vós, também trabalhamos no sentido de deixar às gerações vindouras algo de que se possam orgulhar; assim como os nossos antepassados foram um modelo para nós, também gostaríamos de sê-lo para as gerações vindouras.

Fiquei muito satisfeito com este gentil convite, que me dá oportunidade de usar agora da palavra, sobretudo numa altura em que estamos a assistir ao «fazer da história», a uma época única no seu género, já que actualmente têm lugar desenvolvimentos, evoluções de grande alcance, cujo ritmo e rapidez teriam sido inimagináveis antes.

Os países da Europa Oriental conseguiram, um atrás de outro, libertar-se. Foi assim que rebentaram pelas costuras as estruturas da União Soviética, tendo resultado do seu seio novos países, começando pelos três países bálticos, ao passo que os restantes se juntaram à Comunidade dos Estados Independentes, a CEI. Trata-se de um quadro que não deixa de amadurecer e de cristalizar, mas há um elo comum entre eles, que é o anseio pela democracia, em vez do totalitarismo que cortou as asas à Humanidade e que privou os cidadãos dos seus direitos fundamentais e do seu engenho criador.

Ao mesmo tempo, assistimos à criação de uma nova ordem internacional, não baseada no terror nuclear e na guerra fria; ao dealhar de uma nova fase na história da Humanidade, já que estamos no limiar do século xxi e existe uma consciência crescente do destino comum e das responsabilidades colectivas que cabem a todos nós no que concerne ao respeito pelos direitos humanos e dos povos.

Assistimos também ao despertar das Nações Unidas da sua letargia prolongada, passando-se de uma situação em que as suas decisões e resoluções eram letra morta no papel para uma situação em que já são para ouvir e cumprir. Desta maneira é possível fazer justiça, desfazer injustiças e pôr cobro aos conflitos internacionais, utilizando instrumentos diplomáticos preventivos para que as crises não se agravem e não levem ao estalar de novos conflitos. Não é possível assistir de braços cruzados a esta situação, temos de desempenhar um papel activo e dar o nosso contributo!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Devemos participar na construção do futuro — esta é a nossa missão fundamental — e, neste sentido, cabe à Europa, particularmente à Comunidade Europeia, com base na sua experiência de longa data, tendo ultrapassado trabalhos e baldões, aproveitar os êxitos actuais e dar corpo às aspirações do futuro. E digo-o do alto desta tribuna porque o seu peso, em termos de cultura civilizacional, política e económica, é fundamental para garantir a instauração da paz no mundo inteiro e no Médio Oriente de uma maneira especial.

Trata-se de uma causa justa, que implica a criação de uma nova ordem internacional, que está a sujeitar a dura prova esta ordem, embora hoje já se estejam a levantar vozes na comunidade internacional a favor da autodeterminação e do respeito pelos direitos e pelas liberdades fundamentais do ser humano, opondo-se à escalada da opressão, da discriminação e da ocupação.

Esta nova ordem implica novos esforços para pôr cobro aos conflitos regionais e aos conflitos ou problemas crónicos. Por exemplo, a África do Sul está a evoluir depressa no sentido da democracia; no Médio Oriente, o processo de paz começou a concretizar-se com base no princípio «a terra pela paz». O papel que a Europa está a desempenhar nessas duas vertentes — e que deve conti-

nuar a desempenhar — é um papel de relevo, à altura das expectativas. É necessário ultrapassar a inércia. E, tal como sucedeu na África do Sul, este fenómeno deverá verificar-se no Médio Oriente para que seja possível instaurar a legitimidade, a legalidade internacional.

Tenho a certeza de que estão de acordo comigo e que reconhecem que as perturbações que se vivem no Médio Oriente, devido à falta de paz e aos entraves que se lhe colocam, terão repercussões negativas para o desenvolvimento e para a prosperidade desta região, o que também trará consequências para todo o Mediterrâneo. Desejamos o melhor para esta região, que é o berço das três religiões da revelação divina, onde queremos que reinem a paz e a prosperidade e que constitua um pólo de atracção e não de discórdia ou de conflitos para o mundo inteiro.

Propusemo-nos cultivar a paz, e por isso deitámos mãos à obra com toda a dedicação e seriedade. Acompanham-nos nesta tarefa povos não apenas das regiões directamente interessadas, mas também das regiões cujos territórios continuam ocupados, como é o caso do povo palestino, que, em termos de autodeterminação, está privado dos seus direitos. Queremos avançar de mãos dadas, conscientes da nobreza dos nossos intuitos, para que seja garantida a paz através da concessão territorial — «a terra pela paz», «direito por direito», «segurança por segurança». Esta paz não é apenas necessária em termos abstractos, trata-se de uma trave-mestra para garantir a instauração de uma nova ordem internacional e se existem tendências são no sentido da consolidação das relações internacionais e regionais, estando já a ser revistos os elementos que constituirão estas relações.

Há alguns meses, ao intervir no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, sugeri que fosse criada uma comunidade mediterrânica ou um fórum mediterrânico com a participação da Europa, dos países do Norte de África e dos países árabes do Médio Oriente. Tenho a certeza de que o diálogo franco, aberto e isento no domínio da cooperação, sobretudo da cooperação cultural, e o exame das questões com importância fundamental permitirão avançar principalmente na área da cooperação económica. Tudo isto poderá criar uma convergência de interesses, baseada na vantagem mútua, e permitirá desenvolver a confiança, o bem-estar, a prosperidade, a segurança e a estabilidade. No âmbito deste fórum é necessário, pois, avançarmos de mãos dadas.

Numerosos são os domínios de cooperação entre os nossos países. Para além do que já referi, no respeitante à evolução do processo de paz no Médio Oriente e à criação do fórum mediterrânico, o Estado Português tem um papel muito importante a desempenhar em África, no domínio da cooperação, do desenvolvimento e da estabilização, tal como o Egipto, como país africano que é, concede uma importância muito grande a tudo o que se está a passar no continente africano. Também neste domínio é necessário aprofundarmos a cooperação com Portugal.

Por outro lado, as relações bilaterais ocupam um lugar de destaque. No Egipto, a economia está a sofrer uma profunda reestruturação, não apenas estrutural mas também do ponto de vista dos mercados e dos investimentos. Queremos ultrapassar esta fase de estrangulamento, o que se prevê aconteça na segunda metade da década de 90. As transacções comerciais, a produção e os investimentos duplicaram e começámos a deitar mãos à obra, nutrimo novas esperanças. Por isso, precisamos do vosso auxílio e da vossa cooperação, o que, naturalmente, vai reforçar as nossas hipóteses de êxito.

Temos a firme convicção de que o progresso e o desenvolvimento económico do Egipto vai constituir um elemento de estabilidade no Médio Oriente e, mais do que

isso, na bacia mediterrânica, de ponta a ponta. Simultaneamente, seremos um parceiro solicitado no desenvolvimento de África.

É nosso firme desejo desenvolver a cooperação, em todos os domínios, com Portugal. Tenho a certeza de que os nossos ministros responsáveis, os nossos técnicos e peritos poderão dar corpo a esta esperança e levar à prática um plano simultaneamente realista e ambicioso.

Antes de concluir, gostaria de exprimir novamente a minha satisfação por este encontro. Estou muito feliz por ter tido oportunidade de encontrar o Sr. Presidente da República, Mário Soares, que é um dos políticos de nomeada no continente europeu, e o Chefe do Executivo, o Prof. Cavaco Silva. Tenho a certeza de que tudo será feito ao serviço da causa comum que é o reforço das relações entre os nossos países.

Mais uma vez, reitero a mensagem de paz, de afecto e de amizade do povo egípcio ao povo português, amigo. Muito obrigado pela vossa hospitalidade.

A paz esteja convosco, a graça de Deus e a Sua bênção!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 50 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo os dois hinos nacionais.

Realizou-se então o cortejo de saída, composto pelas mesmas individualidades do de entrada, tendo o Sr. Presidente da República Árabe do Egipto e o Sr. Presidente da Assembleia da República saudado o corpo diplomático com uma vénia.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Ana Paula Matos Barros.

António da Silva Bacelar.
António José da Mota Veiga.
António Santos Pires Afonso.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Miguel de Oliveira.
Delmar Ramiro Palas.
Elói Franklin Ribeiro.
Fernando Marques de Andrade.
Guido Orlando Rodrigues.
Joaquim Vilela de Araújo.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Augusto Silva Marques.
José Freitas Costa Leite.
José Macário Correia.
Manuel Maria Moreira.
Maria Helena Ramos Mourão.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

António Alves Martinho.
Edite Marreiros Estrela.
Fernando Manuel Costa.
Jorge Fernando Sampaio.
Leonor Coutinho Santos.
Manuel António dos Santos.
Rui António Ferreira Cunha.
Rui Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

João Gonçalves do Amaral.
Luís Carlos Martins Peixoto.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislação serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 38\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Code.